

REINOLDO ISLEB JUNIOR

**O COMÉRCIO INTERNACIONAL E O MOVIMENTO DE CAPITAIS NA UNIÃO
EUROPÉIA COM A EXPANSÃO PARA O LESTE EUROPEU: EUROPA DOS 25**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Professor Dr. Nilson Maciel de Paula.

CURITIBA

2004


TERMO DE APROVAÇÃO


REINOLDO ISLEB JUNIOR

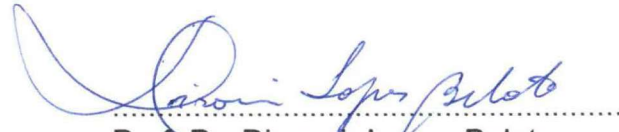
O COMÉRCIO INTERNACIONAL E O MOVIMENTO DE CAPITAIS NA UNIÃO EUROPÉIA COM A EXPANSÃO PARA O LESTE EUROPEU: EUROPA DOS 25

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula
Departamento de Economia, UFPR


Prof. Dra. Adriana Sbicca Fernandes
Departamento de Economia, UFPR


Prof. Dr. Divonzir Lopes Beloto
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 19 de fevereiro de 2004

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	IV
RESUMO.....	V
1) INTRODUÇÃO.....	1
2) A FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPÉIA.....	3
2.1) Tratado de Paris – A Comunidade Européia do Carvão e do Aço.....	6
2.2) Tratado de Roma – A Comunidade Econômica Européia.....	7
2.3) Tratado de Maastricht – A União Européia.....	10
2.3.1) Os Três Pilares de Sustentação da União Européia.....	13
2.4) Balanço da Integração.....	16
3) O SETOR PRODUTIVO E O COMÉRCIO INTERNACIONAL NO GRUPO DE PAÍSES DO LESTE EUROPEU.....	17
3.1) Os efeitos de uma integração.....	19
3.2) A mudança na composição setorial e nos padrões de comércio internacional.....	24
4) O INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO NOS PAÍSES DO LESTE EUROPEU.....	32
5) A SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS PARA OS PAÍSES CANDIDATOS.....	37
5.1) Projeção de Cenários.....	41
6) CONCLUSÃO.....	43
7) BIBLIOGRAFIA.....	46

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – VARIAÇÃO DO PIB REAL NOS PAÍSES DO LESTE EUROPEU.....	25
TABELA 2 – IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS EXPORTAÇÕES DO LESTE EUROPEU COM DESTINO À UNIÃO EUROPÉIA.....	26
TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO SETORIAL NA COMPOSIÇÃO DO PIB DOS PAÍSES DO LESTE EUROPEU.....	27
TABELA 4 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DOS PAÍSES DO LESTE PARA A UNIÃO EUROPÉIA.....	29
TABELA 5 – A BALANÇA COMERCIAL DOS PAÍSES DO LESTE EUROPEU.....	31
TABELA 6 – INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO, ACUMULADO DE 1991 À 1999.....	34
TABELA 7 – CRESCIMENTO REAL DO PIB NOS PAÍSES DO LESTE EUROPEU.....	37
TABELA 8 – BENEFÍCIO DO ALARGAMENTO.....	39

RESUMO

A União Européia, que representa hoje o bloco econômico de maior sucesso no mundo, está se preparando para uma nova expansão de suas fronteiras. Esta expansão será para o Leste Europeu e representa um grande desafio para a comunidade. Desafio este que é caracterizado pelas diferenças entre os países já integrantes do bloco e entre os países candidatos do Leste.

O processo de integração começou em 1989 com a queda da cortina de ferro na Europa Central. Desde aquele momento, os países do Leste Europeu já começaram a sentir os benefícios de se integrar com a União Européia. Eram investimentos externos diretos, que fluíam para aquela parte da Europa atraídos pelo bom nível de vida da população, educação e baixos salários, mas, principalmente, pela promessa de livre acesso ao mercado dos países ricos da atual União Européia. Este processo de integração foi aprofundado com reformas estruturais e estabilidade macroeconômica, que os países firmaram no Acordo de Maastricht.

A integração deverá ocorrer em meados de 2004 e a perspectiva de crescimento para os próximos anos é bastante satisfatória.

1) INTRODUÇÃO

Em 2004 a União Européia estará promovendo mais uma etapa na sua ampliação. Suas fronteiras serão expandidas para mais dez países¹. Os países são: República Checa, Estônia, Hungria, Lituânia, Letônia, Polônia, República Eslovaca e Eslovênia, Cypria e Malta. Este é um desenvolvimento histórico significativo pois, é a primeira vez que a União Européia se expande para países com diferenças econômicas e sociais tão grandes com relação às suas.

O alargamento terá um significativo efeito direto no crescimento dos novos países membros da União Européia. Prevê-se que o PIB destes países, bem como dos atuais membros, cresça substancialmente nos 10 anos subseqüentes à respectiva adesão. Este novo mercado poderá proporcionar às empresas européias maiores oportunidades de negócio, poderá melhorar as perspectivas de emprego e também poderá proporcionar aos diversos governos receitas fiscais adicionais para investirem nas suas prioridades.

Para o setor empresarial dos países do Leste Europeu, o alargamento da União Européia já é uma realidade. Estes países já vêm se beneficiando de uma parte dos investimentos de empresas desta região, principalmente nos setores automobilístico, da alta tecnologia, do comércio retalhista, dos seguros, da energia e das telecomunicações. O influxo de capital, combinado com novas tecnologias e *know-how*, conduziu a um enorme progresso na produtividade. A reestruturação das velhas indústrias socialistas deu lugar à criação de indústrias mais avançadas e, conseqüentemente, a economias mais modernas e competitivas.

O objetivo deste estudo é apresentar as mudanças e desenvolvimentos que os países candidatos do Leste Europeu tiveram com a perspectiva de integração com a União Européia, tendo-se como foco da análise o comércio internacional e o investimento direto externo.

Neste trabalho os países não serão considerados e estudados individualmente, mas serão representados em dois blocos: o bloco de países da atual União Européia e o bloco de países candidatos do Leste Europeu. O

¹ A Bulgária, a Romênia e a Turquia devem entrar nas negociações de uma futura expansão.

comércio internacional e o fluxo de capital será apresentado apenas entre estes dois blocos, com eventuais exemplos entre países. Os demais países do mundo não serão abordados.

O estudo é composto de quatro partes. A primeira apresentará a história da formação e surgimento da União Européia. Na segunda parte será apresentada a evolução do relacionamento dos países candidatos com a União Européia, principalmente após a assinatura dos “Acordos de Associação”, em 1993. Ainda serão mostrados o desempenho do comércio internacional e as mudanças da estrutura das economias do Leste Europeu, bem como o que a pauta de exportações sofreu desde o processo de integração. A terceira parte demonstrará a evolução dos investimentos externos diretos que os países candidatos receberam em decorrência do processo de integração.

Finalmente, a última parte contém uma análise de perspectivas, onde serão apresentados os resultados esperados da integração. Nesta avaliação também será relevante a expansão da União Européia para o Sul.

2) A FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPÉIA

Durante séculos, a Europa foi palco de freqüentes guerras sangrentas. Entre 1870 e 1945, a França e a Alemanha declararam guerra três vezes, tendo por conseqüência elevadas perdas humanas. Vários dirigentes europeus convenceram-se de que a única forma de garantir a paz duradoura entre os seus países seria uni-los político e economicamente.

Segundo THORSTENSEN (1993), três realidades mostraram a necessidade desta nova orientação para a integração européia após a Segunda Guerra Mundial:

- a consciência dos europeus da sua própria debilidade – a segunda guerra mundial tinha posto um fim definitivo na tradicional hegemonia européia no mundo. As duas novas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética, detinham um poder econômico, político e militar muito superior ao do heterogêneo conjunto de Estados europeus;
- a convicção de que se devia evitar, por todos os meios, um retorno a um confronto entre os estados europeus – as duas guerras mundiais tinham começado como “guerras civis européias” e, em ambas as guerras, o continente europeu tinha se tornado um campo de batalha. Tratava-se, essencialmente, de procurar um acordo entre a França e a Alemanha que fosse visto com bons olhos pelos EUA. A unidade era o caminho para garantir a paz; e
- o desejo compartilhado por muitos europeus de formar um continente mais livre, justo e próspero, em que as relações internacionais se desenvolvessem num ambiente de concórdia.

Esta idéia, de uma Europa unificada, sempre mexeu com os povos europeus. Ela foi especialmente predominante em tempos de guerra. Assim também no final da Segunda Guerra Mundial.

Nós temos que criar um tipo de Estados Unidos da Europa. Somente assim, centenas de milhares de trabalhadores irão encontrar alegria e esperança que

fazem a vida valer a pena ser vivida. (WINSTON CHURCHILL, 19 de Setembro de 1946 em Zurique; THEIL, 1997)

Churchill fazia um apelo para os países da Europa Continental, mais especificamente para a parte central, que estava dividida pela cortina de ferro, para unirem-se e, assim, juntos construïrem um futuro promissor.

Os ideais, a visão de transformar inimigos em amigos, a união ocidental nasceram dos esforços pioneiros de Robert Schuman e Jean Monet. Eles tinham uma mensagem era clara e objetiva: um projeto funcional com o propósito de, pelo diálogo e estruturação progressiva, congregar os estados europeus numa unidade econômica, com a participação dos poderes locais, regionais e continentais, para assegurar-lhes a prosperidade de seus povos. (THIEL, 1997)

Os Estados Unidos, ao contrário do que fizeram na Primeira Guerra Mundial, após a Segunda Grande Guerra permaneceram na Europa, adotando uma política de intervenção nos assuntos europeus. Segundo THIEL (1997), eles estavam convencidos de que o protecionismo, praticado com maior força depois da depressão de 1929, tinha sido uma causa importante da tensão internacional que desencadeou a Segunda Guerra Mundial.

Assim, os primeiros passos para um trabalho mais conjunto das potências européias foi dado pelo Plano Marshall e a adoção de uma política de comércio livre converteu-se numa condição básica para que qualquer país recebesse esta ajuda econômica.

Para administrar, organizar e distribuir a ajuda econômica do Plano Marshall foi criada em 1948 a Organização Européia de Cooperação Econômica - OEEC. A reconstrução da economia deveria andar juntamente com a queda das barreiras ao comércio internacional entre os países-membro. Isto serviria como preparação para sua aceitação no Sistema Monetário Internacional, que nasceu da Conferência de Bretton-Woods em 1944.

Esta visão de uma economia internacional mais livre que se espalhou pelo mundo no pós-guerra, estava apoiada na visão Ricardiana das Vantagens Comparativas. Segundo David Ricardo:

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. (RICARDO, 1982, p.104)

Em outras palavras, segundo o conceito das Vantagens Comparativas, um país apresenta vantagens na produção de um bem se o custo de oportunidade da produção do bem, em termos de outro bem, é mais baixo que em outros países. Cada país deve produzir os produtos nos quais possui vantagens comparativas, elevando, assim, o produto mundial, seguido da elevação do nível de renda de cada indivíduo. Conseqüentemente, o comércio entre dois países traz benefícios a ambos.

Aliado ao Plano Marshall, foi ratificado em 1947, o acordo do GATT², que representou um passo fundamental para assegurar que um sistema de livre comércio predominasse nestes anos do pós-guerra. Desde sua ratificação, o comércio internacional vem crescendo de uma forma impressionante, nunca antes visto pela humanidade. Foi, e está sendo, o acordo do GATT o que tem promovido a melhor defesa para a economia internacional, minimizando o ressurgimento do paralisante protecionismo. Tanto a Comunidade Européia do Carvão e do Aço como a Comunidade Econômica Européia beneficiaram-se deste processo. (RUEBEL, 2002)

Em 1949 foi criado o Conselho da Europa. Este organismo, que ainda existe, tenta fomentar a cooperação política entre os estados europeus. Sua principal função tem sido reforçar o sistema democrático e os direitos humanos

² General Agreement on Tariffs and Trade

nos estados membros. Neste mesmo ano foi fundada a OTAN, que representava uma grande aliança militar contra a União Soviética. (CHACON, 1992)

2.1) Tratado de Paris – A Comunidade Européia do Carvão e do Aço

No dia 9 de maio de 1950, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Robert Schuman, em discurso pronunciado em nome do governo do seu país, propôs, delineado por Jean Monet, a criação de uma organização européia entre a França e a Alemanha a partir da utilização comum do carvão e do aço. Esta organização seria aberta a todos os Estados europeus e dirigida por uma instituição européia chamada Alta Autoridade. Esta seria composta por personalidades escolhidas, mas independentes, e investidas coletivamente de poderes próprios para tomar decisões no interesse comum dos Estados-membro. Esta medida de integração econômica procurava desenvolver a ligação entre a França e a Alemanha, afastando, definitivamente, o espectro da guerra. (THIEL, 1997)

Senhores, não se trata de palavras vãs, mas um ato ousado e construtivo. A França age e as conseqüências de sua ação podem ser imensas. Assim o esperamos. A França age em defesa da paz (...) e associa-se a Alemanha. Na Europa nasce assim, uma Europa solidamente unida e fortemente estruturada. Uma Europa em que o nível de vida subirá graças à junção das produções e à ampliação de mercados que provocarão a queda de preços (...) A Europa não se fará de uma só vez nem por um esforço conjunto, mas resultará de realizações concretas que exigem, em primeiro lugar, uma solidariedade de fato. O governo francês propõe que se submeta o conjunto da produção franco-alemã de carvão e aço a uma autoridade comum, numa organização aberta à participação de outros países da Europa. Pôr em comum a produção de carvão e do aço assegurará, de imediato, o estabelecimento de bases comuns de desenvolvimento econômico, primeira etapa da Federação Européia (...).
(ROBERT SCHUMAN em 9 de Maio de 1950; THIEL, 1997)

Em 1951, através do Tratado de Paris, gerado pelo Plano Schuman-Monnet, era criada então a Comunidade Européia do Carvão e do Aço - CECA, com o objetivo primordial de colocar toda a produção de carvão e aço da Alemanha e da França sob controle de uma organização também aberta a outras nações européias. Isto tornava qualquer guerra entre os dois países materialmente impossível. Nascia, assim, a Europa dos seis (Alemanha Federal, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos), que além de balizar o escopo econômico, foi a primeira iniciativa pela promoção da paz. Jean Monnet foi o primeiro Presidente da Comunidade. A CECA também instituiu o Conselho de Ministros (Poder Executivo), uma Corte de Justiça (Poder Judiciário) e uma Assembléia Parlamentar (Poder Legislativo). (THIEL, 1997)

A Comunidade Européia do Carvão e do Aço se caracterizava como sendo um Acordo Comercial Preferencial. Este permite que haja barreiras comerciais entre os países participantes, diferenciadas das outras nações não participantes. Outros exemplos que podem ser mencionados são acordos firmados entre as antigas potências colonizadoras e suas ex-colônias, ou o Acordo Comercial Preferencial firmado com os países do Leste Europeu, conhecido como Sistema de Preferência Generalizada, após a queda da cortina de ferro como um preparativo para uma futura união entre os dois blocos de países (será visto com maior profundidade no próximo capítulo). (RUEBEL, 2002; SALVATORE, 2000)

A Comunidade Européia do Carvão e do Aço foi um sucesso no seu propósito e, apenas alguns anos mais tarde, os seis membros decidiram integrar outros setores das suas economias. (CHACON, 1992)

2.2) Tratado de Roma – A Comunidade Econômica Européia

A Comunidade tem como missão prover, pelo estabelecimento de um mercado comum e pela aproximação progressiva das políticas econômicas dos Estados-membro, um desenvolvimento harmonioso das atividades econômicas no seio da Comunidade, uma expansão econômica contínua e equilibrada, um maior grau de estabilidade, um aumento do nível de vida e relações estreitas entre os Estados que a integram. (Tratado de Roma, 1957).

Em 25 de maio de 1957, os seis países assinaram o Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Européia de Energia Atômica - EURATOM³ e a Comunidade Econômica Européia - CEE, instituição com o objetivo de assegurar, mediante uma ação comum, o progresso econômico e social de seus países, eliminando as barreiras que dividiam a Europa. Segundo CHACON (1992), foi estabelecido, como objetivos comunitários, a livre circulação de mercadorias, pela:

- eliminação das tarifas aduaneiras para a circulação de mercadorias entre os países-membro e a instituição de tarifa externa comum para terceiros países (Fronteira Aduaneira Comum);
- estabelecimento de política econômica comum nos seguintes setores: agrícola (Política Agrícola Comum – PAC⁴), transportes, energia, concorrência, investimentos, social, comércio exterior, etc.
- livre circulação de pessoas, de serviços e de capitais.

Para evitar os graves problemas que a súbita abertura das fronteiras poderia provocar nas diferentes economias nacionais, os autores dos Tratados de Roma estabeleceram um processo transitório. Em 1968 suprimiram-se então, todas as fronteiras internas dos países-membro para as mercadorias industrializadas e alcançou-se um preço comum para os produtos agrícolas. (ASSIS GRIECO, 1996)

O Mercado Comum aplicava-se, na realidade, exclusivamente à circulação de bens. O livre movimento de pessoas, capitais e serviços ainda sofria consideráveis limitações. Como efeito, seria preciso esperar pelo Ato Único de 1987 para que se desse um impulso definitivo, que permitiu, em 1992, o estabelecimento de um mercado único. (ASSIS GRIECO, 1996)

Nesta fase de desenvolvimento, a recém criada Comunidade Econômica Européia se torna uma União Aduaneira, que, além da livre circulação de mercadorias entre os membros, apresenta uma política comercial padronizada em relação ao resto do mundo. Neste sentido, segundo SALVATORE (2000), será

³ A EURATOM objetivava o desenvolvimento em comum, para fins pacíficos, da energia nuclear e da pesquisa nesse campo.

⁴ A Política Agrícola Comum estabeleceu a liberdade de circulação de produtos agrícolas dentro da CEE e a adoção de políticas altamente protecionistas que garantem aos agricultores europeus um nível suficiente de cotas para evitar a concorrência de outros países, mediante a subvenção dos preços agrícolas.

maior a probabilidade de uma união aduaneira ter sucesso, sob as seguintes condições:

- antes da formação da união aduaneira, quanto mais elevadas forem as barreiras comerciais dos países, maior será a probabilidade de criação de comércio entre os membros e menor desvio de comércio dos não-membros;
- após a formação da união aduaneira, quanto mais reduzidas forem as barreiras comerciais com relação ao resto do mundo. Isto irá reduzir os prejuízos que um eventual desvio de comércio poderá vir a gerar;
- quanto maior for o tamanho e quantidade de integrantes da união aduaneira maior será a possibilidade que os produtores mais eficientes de cada setor, participe do mercado possibilitando a maior geração de ganhos de escala;
- quanto mais concorrentes, em lugar de complementares, forem as economias dos países-membro mais os países poderão se especializar nos produtos com maiores vantagens podendo elevar os ganhos de escala transferindo estes para preços e qualidade, aumentando o bem-estar da união;
- se os membros da união estiverem mais próximos geograficamente os custos de transporte representarão menos obstáculos à criação de comércio; e
- quanto maior for a relação comercial e econômica anterior à união aduaneira mais rapidamente os países poderiam estar gerando comércio.

Em 1967, as instituições das três Comunidades Européias (a Alta Autoridade da CECA e as comissões criadas pelo Tratado de Roma; a CEE e a EURATOM) fundiram-se. A partir daquele momento passou a existir uma única Comissão e um único Conselho de Ministros, bem como o Parlamento Europeu.

Perante a impossibilidade de realizar, de imediato, uma união política, a estratégia adotada procura um processo de integração que afete, gradualmente, diversos setores econômicos e que crie instituições supranacionais. Enquanto

isso, os Estados, paulatinamente, cedem competências econômicas, administrativas e políticas.

Diante do sucesso do Mercado Comum Europeu, alguns países sentiram-se inclinados a solicitar ingresso na CEE. Em 1973 o Reino Unido, a Dinamarca e a Irlanda foram aceitos pela comunidade, que passou a ser chamada de Europa dos 9. Em 1981 foi a vez da Grécia e em 1986 ingressaram Portugal e Espanha, aumentando para doze países associados (Europa dos 12), deixando sua característica de união aduaneira, para iniciar uma nova etapa rumo à comunidade política e econômica integrada. Em 1992 entram mais três países no bloco (Áustria, Finlândia e Suécia), aumentando para 15 membros. (THIEL, 1997)

2.3) Tratado de Maastricht – A União Européia

O Tratado de Maastricht criou, em 1992, a União Européia, o que concretiza o antigo sonho europeu de criar um bloco de nações livres de barreiras à circulação de mercadorias, capitais, serviços e pessoas. No entanto, antes deste Tratado, veio o Ato Único europeu, vigor desde 1º de janeiro de 1987. Ele aparece como a primeira revogação dos Tratados fundadores da Comunidade Européia (Tratado de Paris e Tratado de Roma) e serviu como preparativo para a ratificação do Tratado de Maastricht, em 1992. (THIEL, 1997)

Jacques Delors, presidente da Comissão, resumiu da seguinte maneira os principais objetivos do Ato Único:

O Ato Único é, numa frase, a obrigação de realizar simultaneamente o grande mercado sem fronteiras e também, a coesão econômica e social, uma política européia de pesquisa e desenvolvimento, o reforço do Sistema Monetário Europeu, o começo de um espaço social europeu e de ações significativas em relação ao meio ambiente. (Jacques Delors; THIEL, 1997)

Estas foram as principais novidades introduzidas pelo Ato Único:

- no campo institucional, consagra a existência do Conselho da Europa, quer dizer, a reunião periódica dos chefes de Estado e do governo,

como o organismo onde se tem lugar as grandes negociações políticas entre os Estados-membro e tomam-se as grandes decisões estratégicas. Além disso, o Parlamento Europeu teve seus poderes ligeiramente reforçados;

- a comunidade adotou medidas tendentes ao progressivo estabelecimento do mercado único durante o período que terminou em 31 de Dezembro de 1992 o que significou uma área sem fronteiras em que a circulação de bens, pessoas, serviços e capital seja assegurada⁵;
- estabeleceram-se medidas para coordenar a política monetária dos Estados-membro, na preparação do caminho até o objetivo da União Econômica e Monetária;
- foram aprovadas diversas iniciativas para promover uma integração no terreno dos direitos sociais (saúde e segurança dos trabalhadores), da pesquisa e do meio ambiente; e
- para conseguir o objetivo de uma maior coesão econômica e social nos diversos países e regiões da Comunidade, aprovou-se a reforma e o apoio financeiro dos chamados Fundos estruturais (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícolas, Fundo Social Europeu e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, já criado no Tratado de Roma).

O Tratado de Maastricht constitui uma pedra fundamental no processo de integração europeu, pois, ao modificar e completar o Ato Único europeu de 1986, ultrapassa pela primeira vez o objetivo econômico inicial da Comunidade, dando-lhe uma vocação de unidade política. É, também, com este Tratado que a denominação oficial da Comunidade passa a ser “União Européia”, substituindo “Comunidade Européia”. (THIEL, 1997)

Depois do Tratado de Maastricht, a União Européia eliminou todas as restrições ainda existentes ao livre fluxo de mercadorias, serviços, mão-de-obra e capital entre seus membros, tornando-se, assim, um mercado único unificado, passando do estágio de união aduaneira para um Mercado Comum.

⁵ Esta ambiciosa aspiração, objetivada em 282 medidas concretas, foi largamente alcançada no prazo previsto. O mercado comum tornava-se uma realidade.

No entanto, a integração não pára por aí, evoluindo para a adoção de uma moeda única, o Euro, em 1999. Os embriões de uma possível unificação política já começam a se materializar em instituições, como o Conselho Europeu e o Parlamento Europeu, tudo uma preparação para a fase de maior integração, que é a União Económica⁶. (UOL – <http://www.uol.com.br>)

Segundo THORSTENSEN (1994), desde o início da União Europeia ocorreram importantes mudanças qualitativas e quantitativas nos padrões de integração, fato este que foi decisivo para a ampliação da União Europeia para o Leste Europeu. Segundo a Organização Mundial do Comércio são três os principais avanços:

1. foi reconhecido que uma efetiva integração requer mais que apenas redução das tarifas e quotas. Muitas outras barreiras possuem o efeito de segmentar mercados e impedir o livre trânsito de bens, serviços e investimentos. Novas idéias e políticas de longo alcance devem ser implementadas para remover estas barreiras. Esta “integração mais aprofundada” foi primeiramente alcançada pela União Europeia e está sendo adotada pelos diversos outros blocos de integração;
2. muitos dos blocos de integração formados entre os anos de 1960 e 1970 estavam focados no modelo de substituição de importações com acordos regionais, baseados em altas taxas de proteção para produtos de fora do bloco de integração. O modelo atualmente adotado pelos blocos é menos restritivo aos produtos de fora; e
3. o terceiro avanço verificado é a união entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento no mesmo bloco econômico, como parceiros. Os acordos visam o desenvolvimento de toda uma região. O exemplo mais importante foi a expansão do NAFTA para o México, em 1994, e a expansão da União Europeia para os países do leste Europeu planejada para 2004.

⁶ A União Económica harmoniza, ou mesmo unifica, as políticas monetárias e fiscais dos Estados que a integram, transferindo-se os poderes para um nível supranacional. Os Estados Unidos são um exemplo completo de uma união económica e monetária.

Não há dúvida que as uniões aduaneiras e seu aprofundamento, como o Mercosul, Nafta, União Européia e a pretensiosa criação da ALCA⁷, caracterizam-se como uma tendência para os próximos anos. (THORSTENSEN, 1994)

2.3.1) Os Três Pilares de Sustentação da União Européia

O Tratado de Maastricht tem uma estrutura baseada em três pilares, segundo o ponto de vista jurídico dos que o idealizaram e redigiram. (THIEL, 1997)

O pilar central se denomina “pilar comunitário”, o que quer dizer o recolhido nos Tratados comunitários nas suas diversas formas, com suas instituições, com competências supranacionais. Este pilar representa o mercado único, a União Européia, a união Econômica e Monetária, a Política Agrícola Comum - PAC, os fundos estruturais e de coesão, etc.

Os novos pilares, os laterais, estão baseados não nos poderes supranacionais, mas na cooperação entre os governos. Neles estão representados, de um lado a Política Exterior e de Segurança Comum e do outro a Justiça e os Assuntos do Interior.

No que diz respeito ao pilar comunitário, o Tratado de Maastricht introduziu importantes novidades:

- o reconhecimento de uma cidadania européia;
- a União Econômica e Monetária – Adotou-se a decisão de criar uma moeda única, que recebeu o nome de EURO, em novembro de 1999. Para isto, acordou-se um plano estrutural em três fases:
 - até dezembro de 1993, teria-se como objetivo a plena liberalização da circulação de capitais;
 - até janeiro de 1999, os países membros deviam coordenar as suas políticas econômicas, para alcançar os seguintes objetivos: redução da inflação, redução das flutuações do câmbio entre as moedas européias, maior controle do déficit e da dívida pública. Os

⁷ Área de Livre Comércio das Américas

países que alcançaram esses objetivos poderiam passar para a terceira fase;

- a partir de janeiro de 1999, seria criada a moeda única, o Euro, com fixação irreversível da sua equivalência em relação às moedas que participariam e estabelecimento de um Banco Central Europeu. Foram onze países que acederam, em 1999, ao que se chamou “Zona do Euro”⁸;
- o Tratado de Maastricht consagra a procura da coesão econômico-social das diversas regiões e países comunitários como um dos objetivos da União. Para conseguir, regulamentou-se o chamado Fundo de Coesão, que proporcionaria uma ajuda financeira nos setores do meio ambiente e da infra-estrutura de transportes. Estes países (Espanha, Grécia, Portugal e Irlanda) passaram a ser conhecidos como “países da coesão”. Em 1994 nasceram oficialmente os “Fundos da Coesão” como uma transferência de recursos financeiros entre os países prósperos e os menos prósperos;
- o Tratado de Maastricht também suportou um avanço considerável nas competências comunitárias, em campos como: a política econômica e monetária, a política industrial, as redes transeuropéias e a política de transportes, as políticas educativas, a proteção aos consumidores, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico e a proteção do meio ambiente;
- o Tratado ainda aborda o tema da educação geral e da formação profissional. Os Estados-membro tem responsabilidade exclusiva nos seus planos de estudo e na organização do sistema educativo. A tarefa da comunidade limita-se a promover a cooperação entre os estados na educação, apoiando e complementando as medidas adotadas por cada país. A União Européia pôs em marcha diversos programas para

⁸ Integrantes da “Zona do Euro”: Espanha, Portugal, Itália, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, França, Alemanha, Áustria, Irlanda e Finlândia. Quatro países da Europa não integram o grupo (Grécia, Reino Unido, Dinamarca e Suécia)

fomentar esta cooperação, facilitando os contatos e trabalhos conjuntos de alunos e professores europeus; e

- no que se refere às instituições, são introduzidas novidades importantes: o Parlamento aumenta seus poderes, o Conselho de Ministros passa a denominar-se Conselho da União Europeia, a Comissão recebe o nome oficial de “Comissão das Comunidades Europeias”, o Tribunal da Justiça, o Tribunal de Contas e o Comitê Econômico e Social reforçam as suas competências, cria-se o Comitê das Regiões, de caráter consultivo e prevê-se a criação do Banco Central Europeu, ao iniciar-se a terceira fase da União Econômica e Monetária.

No segundo pilar, que é baseado na cooperação entre os governos, estabeleceu-se uma Política Externa e de Segurança Comum – PESC, que permite empreender ações comuns em matéria de política externa. O Conselho Europeu, onde se devem adotar as decisões por unanimidade, é responsável em definir os princípios e orientações gerais da PESC. Entretanto, a realidade crua, na forma do conflito da ex-Jugoslávia (Croácia, Bósnia, Kosovo) mostrou que a construção de uma política externa e de defesa comum na UE é um objetivo a longo prazo. Os Estados Unidos e a OTAN continuam a ser os grandes atores neste campo. Os estados europeus têm uma vontade política e uma capacidade de manobra ainda muito débil para levar a cabo a sua própria política.

O terceiro pilar é baseado na Justiça⁹ e nos Assuntos Internos, abordando os seguintes assuntos de interesse comum: terrorismo, imigração clandestina, política de asilo, tráfico de drogas, a delinquência internacional, as alfândegas e a cooperação judicial.

É importante assinalar também neste campo o Convênio de Schengen que, em 1990, dá origem ao Acordo de Schengen, para construir uma Europa comunitária sem fronteiras.

⁹ A criação da EUROPOL, gérmen de uma futura polícia europeia, é uma das novidades mais destacadas neste âmbito.

2.4) Balanço da Integração

A integração dos países da Europa surgiu inicialmente, com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, do medo inicial de uma nova guerra. Gradativamente este medo, com o desenvolvimento desta integração e conseqüente adesão de mais países, atraídos pelo desenvolvimento e riqueza gerados pela queda das barreiras protecionistas, foi se convertendo em esperança de um futuro melhor.

As uniões aduaneiras apresentam diversos benefícios bastante atrativos para os países associados. Esses benefícios podem ser caracterizados da seguinte forma: aumento na escala de produção, aumento na competição, aumento no comércio internacional, utilização mais eficiente dos recursos das diversas economias envolvidas e, finalmente, estímulo a novos investimentos. Além dos benefícios dinâmicos, as uniões aduaneiras ainda apresentam diversos benefícios políticos e efeitos estáticos que se somam positivamente aos anteriores. (SALVATORE, 2000; THORSTENSEN, 1993)

Devido a estes benefícios, mas principalmente devido a um comprometimento com o bom andamento das negociações por parte de todos os associados do bloco, a União Europeia foi capaz de superar diversas dificuldades econômicas, bem como impasses entre países, passando a se tornar uma forma de prosperidade para todos os países-membro.

Atualmente a União Europeia representa uma região economicamente bem sucedida, sem barreiras para o comércio de produtos e serviços e livre fluxo de capitais, tornando-se o bloco econômico mais bem sucedido do planeta, servindo de modelo para todos os outros blocos que surgiram após sua criação. A União Europeia é bloco econômico estável que vem trazendo prosperidade para os seus integrantes. (UOL – <http://www.uol.com.br>)

Um ponto fundamental desta internacionalização da produção, segundo THORSTENSEN (1994), é o avanço da tecnologia da informação e das telecomunicações. Sem este avanço não poderia ter havido um desenvolvimento tão significativo do comércio internacional. Estas novas tecnologias permitiram reduzir drasticamente custos de transporte e de telecomunicações das empresas.

3) O SETOR PRODUTIVO E O COMÉRCIO INTERNACIONAL NO GRUPO DE PAÍSES DO LESTE EUROPEU

A queda da “cortina de ferro” e o desmoronamento da União Soviética com a conseqüente libertação dos países do Leste Europeu do domínio Russo, resultou na introdução de uma economia de mercado nestes países. Isto abriu um novo caminho para o trabalho conjunto com a União Européia. Programas de ajuda como o Programa PHARE¹⁰, foram criados para suportar os novos países capitalistas nesta transição e futuro desenvolvimento. (CHACON, 1992)

Em setembro de 1990, a Comissão Européia propôs, para aqueles países que avançaram nas reformas políticas e econômicas, um acordo de associação denominado de Acordo-Europeu¹¹, com o objetivo da criação de uma relação para o livre comércio. Em dez anos, a total circulação de mercadorias e alguns serviços deveriam entrar em funcionamento. A livre circulação de capital e pessoas não foi contemplada neste período, sendo negociada mais para frente.

A expansão da União Européia está planejada para acontecer em 1º de maio de 2004 (coincidindo com as eleições para o Parlamento Europeu), quando dez dos treze países candidatos devem juntar-se ao bloco. Isto constitui um desafio para os atuais membros, bem como para os candidatos, devido às disparidades econômicas entre os países. Ao mesmo tempo, todavia, abre muitas novas oportunidades de negócios pela Europa. As mesmas regras para o comércio internacional, uma tarifa única e procedimentos administrativos padronizados, serão válidos não somente para os atuais, mas também para os futuros membros. (*European Union* – <http://www.europa.eu.int>)

Esta integração segue um processo iniciado há 50 anos entre a França, Itália, Alemanha, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo pelos franceses Jean Monnet e Robert Schumann. Após a guerra, eles clamaram pela criação de uma nova Europa cujos países estariam preparados para transferir parte de sua

¹⁰ O Programa PHARE tem a finalidade de ajudar financeiramente os países do Leste Europeu no processo de adesão à União Européia.

¹¹ Os primeiros acordos de associação, denominados Acordos-Europeus, começaram a ser assinados em dezembro de 1991 com cada país aspirante a integração individualmente.

soberania para uma instituição democrática supranacional. Isto levou, no início dos anos 50, à criação da Comunidade Europeia para Carvão e Aço; nos anos 70, o Tratado de Roma; a criação do Mercado Comum; e nos anos 90, a criação da união monetária. Durante este período, nove países adicionais se juntaram a União Europeia, que representa hoje uma região com força econômica, estabilidade política e paz, como visto no capítulo anterior.

O acesso à União Europeia, será o resultado de grandes mudanças para os países do Leste Europeu. Para isto, os países deverão apresentar os critérios básicos para associação, estabelecidos pelos “Critérios de Copenhague¹²”. De acordo com estes critérios, os pretendentes deverão garantir estabilidade das instituições mantenedoras da democracia, um sistema judiciário que cumpra as leis, cumprimento dos direitos humanos, respeito e proteção das minorias e uma economia de mercado viável. Além disso, os países deverão estar aptos a competir com as pressões e forças de mercado dos outros membros da união e ter a capacidade de aceitar as responsabilidades de ser um membro da União Europeia, incluindo a aderência às obrigações políticas, econômicas e monetárias da comunidade. Os Critérios de Copenhague possuem o objetivo de estabelecer e garantir uma sólida democracia com economia de mercado nesta região. (TANG, 2000)

Desde que começou a transição, os países alcançaram grande progresso com relação aos objetivos de Copenhague, porém, este progresso não foi igual entre os candidatos. A República Checa, Estônia, Hungria, Polônia e Eslovênia tiveram os melhores resultados e, conseqüentemente, foram os primeiros a serem convidados para começar as negociações de associação, iniciando-se em março de 1998. A Bulgária, Letônia, Lituânia, e a República Eslovaca uniram-se a este grupo em dezembro de 1999.

A assinatura do Acordo de Copenhague não é, porém, garantia que os países colham os principais benefícios do processo de integração, que se caracteriza pelo incremento no comércio internacional e investimento externo. Os

¹² Em Junho de 1993 o Conselho Europeu de Copenhague reconheceu aos países da Europa Central e Oriental o direito de aderir a União Europeia mediante o cumprimento de alguns critérios. Também conhecidos como Critérios de Adesão.

países deverão desfrutar destes benefícios se, ao mesmo tempo, eles fizerem as necessárias reformas políticas, econômicas e institucionais, transformando suas economias em economias de mercado. O livre comércio, segundo a lei das Vantagens Comparativas de Ricardo, aumenta o bem-estar mundial ao passo que aumenta a produção otimizando a alocação dos recursos dos países. (TANG, 2000)

Neste capítulo será apresentado o processo de integração dos países do Leste Europeu com a União Européia. Também serão mostradas as mudanças na estrutura produtiva e no comércio internacional que este processo, juntamente com a mudança de sistema em 1989, desencadearam nestas economias.

Antes de entrar no núcleo da discussão, que este capítulo se propõe, serão mostrados os efeitos que uma integração tem sobre as economias que integram o bloco.

3.1) Os efeitos de uma integração

Para entender melhor o processo que os países do Leste Europeu passaram após 1989, suas intenções e motivos de se integrar com a União Européia, é importante conhecer os efeitos que uma integração econômica tem sobre a economia dos países que se tornam membros de uma união aduaneira.

Estender a união para o leste europeu, representa uma oportunidade política, econômica e social única, assim como, desafios muito grandes. Esta ampliação deverá contribuir para intensificar o comércio internacional bem como as atividades econômicas entre os novos e os velhos membros, impulsionando o desenvolvimento da Europa como um todo. Para a União Européia esta expansão representará um aumento do poder político, bem como sua responsabilidade no cenário internacional. Para os futuros membros sua integração deve melhorar a perspectiva de crescimento de longo prazo, suprimindo estas economias com acesso a um grande mercado único, possibilitando o livre movimento de mercadorias, serviços, capital e pessoas.

Segundo SALVATORE (2000), a eliminação das barreiras comerciais, bem como as barreiras para a mão-de-obra e capital apresentam diversos benefícios

dinâmicos para os países associados. Estes benefícios são: ampliação do mercado interno, aumento da concorrência, elevação dos investimentos diretos externos, criação de comércio dentro do bloco e melhor alocação dos fatores das economias.

A eliminação das barreiras comerciais pode ser considerada como uma ampliação do mercado interno de um país. Isto permitirá que as empresas possam aumentar as vendas e, conseqüentemente, a produção, beneficiando-se de maiores ganhos de escala. Isso possibilitará que os produtos tenham redução nos custos de fabricação. Além da oportunidade, óbvia, de expansão das empresas dos grandes países, mesmo uma nação pequena, poderá superar a reduzida dimensão de seu mercado doméstico e alcançar economias de escala significativas de seus produtos com vantagens comparativas, através de exportações para o resto do bloco. É inevitável que haja um redirecionamento do comércio para dentro do bloco com a eliminação das barreiras comerciais e acordos de comércio preferencial entre os países associados.

Este aumento no mercado consumidor também acarretará que mais empresas entrem em confronto para a venda de seus produtos. As empresas tendem a se tornar mais acomodadas e complacentes e no caso de mais *players* no mercado, elas precisam ficar mais eficientes para conseguir vender seus produtos. Assim, o crescente nível de concorrência, promovido pelas uniões aduaneiras, tende a estimular a Pesquisa & Desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias. Por isso, o aumento da concorrência entre as empresas é considerado por muitos autores como o principal ganho para o consumidor devido à redução que este confronto deve ter nos preços dos produtos, gerando assim, uma elevação do bem-estar¹³. (KRUGMAN, 2002)

Neste processo, porém, não se pode evitar que a estrutura das empresas e economias se modifique, resultado da maior ocorrência de fusões, aquisições e falências. Conseqüentemente, uma união aduaneira deverá precaver-se no

¹³ Este benefício poderá estar ocorrendo em maior ou menor escala dependendo do nível de complementaridade que os países tem entre si. Se os países forem mais complementares do que concorrentes, isto facilitará, por vias políticas, a integração mas não representará um incremento no bem-estar tão elevado se os países fossem mais concorrentes entre si.

sentido de que práticas oligopolistas como acordos de divisão de mercado, que anteriormente poderia haver restringido a concorrência em nível nacional, não sejam substituídas por práticas semelhantes a nível da união. (KAMINSKI, 2000)

Com a elevação do comércio entre os países, principalmente, as grandes empresas se internacionalizam, aumentando o fluxo de investimentos diretos entre os países. Fato este que é considerado um dos principais ganhos para muitos países em desenvolvimento, que conseguiram entrar no círculo virtuoso da globalização, com a geração de novos postos de trabalho, geração de renda e transferência de tecnologia. Assim, menciona-se outro benefício da formação de uma união aduaneira que é o “estímulo ao investimento para tirar vantagem do mercado expandido” e fazer face à, já mencionada, crescente concorrência. Além disso, a formação de uma união aduaneira tende a estimular aqueles que dela não fazem parte a estabelecer unidades de produção no âmbito da união, para evitar as barreiras comerciais impostas sobre produtos de fábricas dela não-pertencentes. Os investimentos maciços que as empresas europeias fizeram a partir de 1990 nos países do Leste Europeu, demonstra o desejo, além de criar uma base de exportações de produtos para a Europa, de não serem excluídas desse novo mercado com potencial de crescimento bastante alto. (SALVATORE, 2000; KAMINSKI, 2000)

Finalmente, num estágio mais avançado de uma união aduaneira, que é também um mercado comum, a livre mobilidade de mão-de-obra e do capital em nível comunitário, tende a gerar uma utilização mais eficiente dos recursos econômicos da comunidade. Os fatores, com a livre mobilidade, podem se deslocar para a região que mais estaria precisando, proporcionando maiores ganhos.

Para a expansão da União Europeia é esperado exatamente isso, que o comércio dos novos integrantes se intensifique com os antigos e que mais investimentos diretos sejam direcionados para esta parte da Europa, aumentando a concorrência, gerando novos empregos e renda e transferindo-se tecnologias. Como consequência deste processo, as indústrias que antes estavam sobrevivendo dentro de seus países pela proteção alfandegária ou até mesmo por subsídios, tornar-se-ão inviáveis. Estas deverão “fechar as portas” ou transferir a

produção para uma região menos onerosa. Verifica-se, assim, uma maior especialização e, conseqüentemente, uma maior divisão do trabalho internacional, ficando cada país determinado a exportar para outras regiões seus produtos que produz com maior eficiência. Se houver a manutenção de um certo nível de concorrência (muitas empresas deverão ser incorporadas ou extintas) haverá redução de preços com maior produção, devido aos ganhos de escala, gerando ganhos para o consumidor que poderá consumir mais.

Além dos benefícios dinâmicos acima mencionados, a eliminação das barreiras tarifárias dentro da Europa também apresenta benefícios que são mais abrangentes que apenas um aumento no comércio ou investimentos entre os países. Segundo THORSTENSEN (1994), um acordo comercial, além do escopo econômico, ainda apresenta o político que se apresenta na forma de três questões:

- primeiro aparece a questão da segurança que pode se caracterizar e ser percebida na forma do relacionamento entre os membros da União Européia - Um contato político mais constante pode criar um ambiente de maior confiança e facilitar a negociação de outras questões relevantes para os países;
- outro ponto político positivo se materializa na forma de maior poder de barganha que um bloco de países passa a exercer perante o mundo, ao unir suas forças. A região terá maior probabilidade de sucesso nas negociações com o mundo estando juntos do que negociando individualmente; e
- em terceiro lugar aparece o maior compromisso alcançado, pelos países do bloco, quanto às políticas domésticas e reformas que devem ser tomadas em conjunto.

Existem, ainda, outros efeitos sobre o bem-estar resultante da formação de uma união aduaneira. Um deles é a economia em gerenciamento, através da eliminação de funcionários nas alfândegas, patrulhamento das fronteiras e assim por diante, no que diz respeito ao comércio entre as nações integrantes. Esta é uma questão importante que está preocupando principalmente os países ricos da União Européia. As fronteiras da União, também serão expandidas para o Leste

com a expansão, transferindo-as para países com menos recursos para patrulhamento. Muitos imigrantes entram clandestinamente todos os anos no bloco econômico em busca de melhores condições de vida, sobrecarregando o sistema dos países envolvidos. Esta imigração clandestina é controlada com todos os meios possíveis pelos países ricos. A transferência das fronteiras da União Européia (diga se, principalmente, da Alemanha, da Áustria e da Itália) para países como a Polônia, República Checa, Eslováquia e Hungria (apenas para citar alguns) gerará a necessidade de transferência de maiores recursos para que eles consigam fazer o controle adequado de suas fronteiras.

Assim, não há dúvida que o processo de integração e formação de uma união aduaneira é bastante vantajoso para os países-membros.

Além do incremento no comércio internacional, antes mencionado, uma consequência bastante importante das uniões aduaneiras, ou qualquer tratamento preferencial de comércio, segundo SALVATORE (2002), é que elas podem criar ou desviar o comércio.

A criação de comércio ocorre quando parte da produção interna, de uma nação-membro, é substituída por importações de custo inferior de outra nação-membro. Supondo que todos os recursos econômicos tenham sido plenamente utilizados antes e depois da formação da união aduaneira, isto elevará o bem-estar das nações integrantes, pois acarreta a maior especialização na produção com base nas vantagens comparativas além da geração de comércio que antes não ocorria entre os dois países. Os outros países do resto do mundo perdem, pois não exportarão mais para o país que deles comprava antes da formação da união aduaneira.

Em contrapartida, o desvio de comércio ocorre quando um país deixar de comprar produtos mais baratos de países não-integrantes da união aduaneira para substituí-los por produtos mais caros de uma nação-membro. Isto se dá devido ao tratamento comercial preferencial concedido às nações-membro. O desvio de comércio, por si só, reduz o bem-estar porque desloca a produção dos produtores mais eficientes não integrantes da união para os produtores menos eficientes que dela participam.

Normalmente a formação de uma união aduaneira simultaneamente gera e desvia o comércio, isto irá depender se o país é integrante da união ou não. Se o país for não-integrante o seu bem-estar deverá ser reduzido porque seus recursos econômicos somente poderão ser utilizados de forma menos eficiente do que ocorria anteriormente ao desvio de comércio. Assim, enquanto a união aduaneira criadora de comércio conduz apenas à criação de comércio e conseqüentemente aumento no bem-estar tanto dos membros como também dos não-membros, a união aduaneira que desvia o comércio leva tanto à geração de comércio quanto ao seu desvio, e pode elevar ou reduzir o bem-estar de seus membros (irá reduzir o bem-estar do resto do mundo).

3.2) A mudança na composição setorial e nos padrões de comércio internacional

O fim da antiga União Soviética, em 1989, também significou o fim do Conselho Econômico de Assistência Mútua – COMECON¹⁴, que representava o órgão de integração econômica socialista. Isto significou perdas de mercado para o escoamento da produção dos países do Leste Europeu, além de choques de ofertas. Além disso, as empresas foram confrontadas com a competição internacional, devido à liberalização das importações e eliminação dos subsídios por parte do governo. O que teve como resultado a queda da produção de todos os países integrantes do grupo do Leste Europeu. (ver Tabela 1)

A queda na produção foi particularmente acentuada na indústria. Ela detinha o maior percentual da produção nos anos pré-transição (resultado de planejamento central). Seu colapso representou a maior parcela de culpa na queda geral da produção nestes países.

¹⁴ O Conselho Econômico de Assistência Mútua, também conhecido como COMECON, representava um órgão de integração econômica do bloco socialista. O objetivo do COMECON era a integração planejada das economias nacionais, associadas segundo os princípios de uma “divisão socialista do trabalho”: cada país-membro iria se especializar num ramo da economia, conforme seus recursos naturais e seu nível tecnológico. Isso obrigava certos países a renunciar a um desenvolvimento mais abrangente, tornando-os dependentes da União Soviética em setores-chave como o de bens de capital. O COMECON foi criado em 1949 e extinto juntamente com a União Soviética em 1991. (SANDRONI, 2002)

TABELA 1 – VARIAÇÃO DO PIB REAL NOS PAÍSES DO LESTE EUROPEU

PAÍSES	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Bulgária	90,9	83,8	77,1	76,0	77,4	79,6	71,5	66,5	68,8	70,5
Eslovênia	95,3	86,8	82,1	84,4	88,9	92,5	95,8	100,2	104,1	108,0
Hungria	96,5	85,0	82,4	81,9	84,6	86,2	87,6	92,0	96,9	101,7
Polônia	95,1	89,9	92,7	96,6	101,6	108,7	115,3	123,1	129,0	134,3
Rep. Checa	98,8	87,3	86,9	87,0	88,9	94,1	98,7	97,7	95,5	95,3
Rep. Eslovaca	97,3	83,1	77,6	74,7	78,4	83,8	89,3	95,1	99,3	101,1
Romênia	94,3	82,1	74,9	76,0	79,0	84,6	87,9	81,9	77,4	75,0
Estônia		100	78,8	72,1	70,7	73,7	76,6	84,7	88,7	87,4
Letônia		100	65,0	55,3	55,7	55,2	57,1	62,0	64,2	64,4
Lituânia		100	78,7	66,0	59,5	61,5	64,3	69,0	72,6	69,6

FONTE: Banco Mundial

NOTA: Para a Bulgária, Eslovênia, Hungria, Polônia, República Checa, República Eslovaca e Romênia foi usado a base 1989 = 100. Para a Estônia, Letônia e Lituânia a base utilizada é 1991 = 100

O fim do COMECON afetou mais significativamente os países da região dos Bálcãs que os países da Europa Central e do Leste, pois eles eram muito mais dependentes deste comércio. De acordo com TANG (2000), mais de 90% das exportações da Estônia, Letônia e Lituânia eram direcionados para os mercados do COMECON. Esta dependência, do total das exportações, era substancialmente menor nos países do Leste e Centro Europeu, variando de 20% a 30% para a Romênia e Eslovênia; de 30% a 40% na antiga Checoslováquia e Hungria; e de 50% a 60% na Bulgária e Polônia.

Os países que apresentavam dependência menor do COMECON já estavam exportando para a União Européia antes da transição. Em 1989 o mercado da União Européia já recebia 39,6% das exportações da Polônia e 33,5% das exportações da Hungria (ver Tabela 2).

TABELA 2 – IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS EXPORTAÇÕES DO LESTE EUROPEU COM DESTINO À UNIÃO EUROPEIA

PAÍSES	1989	1993	1998
Hungria	33,5	57,9	72,9
Polônia	39,6	69,2	68,3
Eslovênia	n.a.	61,6	65,5
Romênia	31,1	41,4	64,6
Rep. Checa	n.a.	55,5	64,2
Letônia	n.a.	32,1	56,6
Rep. Eslovaca	n.a.	29,6	55,7
Estônia	n.a.	48,3	55,1
Bulgária	21,5	48,0	51,5
Lituânia	n.a.	17,0	38,0

Fonte: Banco Mundial

Este redirecionamento das exportações dos países do Leste Europeu, demonstra claramente um dos principais efeitos das uniões aduaneiras, que devido ao aumento do mercado, gerado pela queda das tarifas de importação, irá estimular as empresas a comprarem mais produtos dos países associados ao bloco econômico (neste caso, os países do Leste Europeu ainda não são integrantes do bloco econômico da União Européia, mas, já nesta época, como já foi visto no capítulo 2, foram firmados diversos acordos de comércio preferencial e redução de tarifas para alguns setores das economias que estimularam e recriaram uma situação de livre mercado para alguns produtos). Ou seja, caso esta nova demanda seja redirecionada para o bloco devido a preços mais baixos a união aduaneira seria criadora de comércio, beneficiando o consumidor do bloco econômico. Caso fosse apenas por preferência, estaria desviando o comércio e gerando menos bem-estar.

A velocidade da recuperação da produção dependeu, em parte, das perdas iniciais, que por si dependiam da situação inicial do país. A Polônia sofreu o menor decréscimo na produção e teve a recuperação mais rápida. A Eslovênia foi o segundo país a se recuperar mais rapidamente, recuperando em 1997 o produto que detinha em 1989. Em 1999 foi a vez da Hungria e da Eslováquia, enquanto que a República Checa alcançou em 1999 um patamar de 95,3% do produto que detinha antes da recessão.

A recuperação da Letônia, da Lituânia, da Estônia, da Romênia e da Bulgária foi mais lenta devido à maior dependência que estes países tinham da União Soviética / COMECON.

A tendência geral de recuperação foi acompanhada por uma mudança na composição da produção destes países, com os serviços ultrapassando a indústria como setor dominante. Uma mudança racional, pois os países socialistas apresentavam um excedente na oferta de produtos industrializados, mas um déficit na produção de serviços. (TANG, 2000)

Esta tendência do setor de serviços tomar a frente do tradicional setor industrial, pode ser verificado na Tabela 3.

TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO SETORIAL NA COMPOSIÇÃO DO PIB DOS PAÍSES DE LESTE EUROPEU

PAÍSES	INDÚSTRIA		SERVIÇOS		AGRICULTURA	
	1989	1998	1989	1998	1989	1998
Bulgária	59,4	25,5	29,7	55,7	10,9	18,7
Rep. Checa	57,7	39,2	33,8	56,6	8,5	4,2
Hungria	43,7	28,2	40,7	66,3	15,6	5,5
Polônia	52,4	32,8	34,7	62,4	12,9	4,9
Romênia	56,4	40,1	27,9	43,4	15,7	16,4
Rep. Eslovaca	58,5	31,6	32,2	64,0	9,4	4,4
Eslovênia	45,6	38,6	48,9	57,4	5,5	4,0
Estônia	40,6	26,7	38,4	67,0	21	6,3
Letônia	43,9	29,4	36,1	65,9	19,9	4,7
Lituânia	44,9	32,6	27,8	57,0	27,4	10,4

FONTE: Banco Mundial

Nota-se claramente, em todos os países analisados, a mudança estrutural que ocorreu desde 1989. Em todos os países a importância relativa da indústria na composição do PIB caiu e a importância relativa dos serviços cresceu. Ademais, com exceção da Romênia e da Bulgária, a participação da agricultura no montante total da produção também declinou no conjunto de países do Leste Europeu demonstrando que as economias estão numa fase de mudança, passando a ser economias com produtos de maior valor agregado.

Segundo TANG (2000) enquanto o rápido desenvolvimento dos serviços, em geral, contribuiu para a recuperação do crescimento, a recuperação da produção industrial também teve um importante papel neste cenário. Isto pode ser explicado, particularmente, pelo desenvolvimento do novo setor privado (incluindo o externo) que vem se desenvolvendo nos últimos anos. Estas novas empresas privadas vem se aproveitando das preferências dos consumidores que na época do socialismo não vinham sendo atendidas mas principalmente da possibilidade de exportações para a União Européia. Estas últimas, em geral, são empresas multinacionais que se instalaram nestes países para a produção de componentes, mais baratos, para suas linhas de produção, espalhadas pela Europa. Além disso, as privatizações e a reestruturação da economia, todos influenciados pela abertura do mercado externo, maior concorrência entre as empresas e a perspectiva de integração com a União Européia, também tiveram um papel fundamental neste cenário.

Entretanto, de acordo com a Comissão Européia, apesar dos maciços investimentos externos que estas economias receberam principalmente de empresas européias, foram as pequenas empresas com escalas de produção reduzidas que representam a maior criação de empregos nestes países. Na República Checa, por exemplo, a quantidade de empregos nestas pequenas empresas cresceu de 14% para 32% do total de empregos. (Comissão Européia – <http://www.europa.eu.int>)

Outra questão importante para a recuperação econômica e mudança na estrutura de produção destas economias foram os “Critérios de Convergência”. O papel da candidatura e a conseqüente focalização destes países para alcançar estes requisitos e prazos necessários para a aceitação pela União, trouxe maiores exportações para a União Européia e maior investimento direto estrangeiro nestas economias.

A cláusula de acesso preferencial às exportações dos países do Leste Europeu para o mercado da União Européia através do *General System of Preferences* - GSP, garantidas pelo Acordo-Europeu, e posteriormente as Cláusulas para associação ao bloco, ajudaram a amortecer e reverter o colapso da produção daqueles países, na medida que eles absorveram as exportações após o

colapso do COMECON. As exportações representaram a maior alavanca para o crescimento econômico dos países do leste, tornando a União Européia (sendo a Alemanha o país mais atuante e com maior representatividade) o maior parceiro comercial destes países.

De acordo com KAMINSKI (2000), o redirecionamento das exportações para a União Européia foi acompanhado por uma significativa mudança na composição da cesta de produtos exportados. Passou-se a exportar produtos manufaturados de maior valor agregado ao invés dos tradicionais produtos básicos (metais não ferrosos, minerais, produtos agrícolas não processados). Isto se deveu, principalmente, pelo tratamento especial dado pela União Européia para produtos industriais, não dado aos produtos agrícolas, no início da transição. Entre 1993 até 1998, as exportações cresceram de US\$49 bilhões para US\$94 bilhões dos países do leste para a união, aumentando de 70% para 75% a parcela de produtos industrializados. Os produtos industrializados têm se apresentado como o principal impulsionador das vendas externas para os países da união. Enquanto o re-direcionamento das exportações do COMECON para o mercado da União Européia foi inicialmente responsável pela mudança na composição das exportações, a reestruturação industrial bem como os novos setores privados (principalmente serviços), ambos envolvendo investimento externo, contribuíram para suportar esta performance para o competitivo e exigente mercado da União Européia.

TABELA 4 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DOS PAÍSES DO LESTE PARA A U.E.

RAMOS DE ATIVIDADE	1989	1993	1997	1998
Alimento e Bebidas	18,6	8,5	5,2	4,4
Materiais e componentes para a Indústria	28,3	18,3	13,0	11,2
Produtos de capital (excluindo veículos)	8,3	13,5	22,3	25,7
Produtos para consumo (excluindo veículos)	42,6	54,6	50,8	47,4
Carros e peças de reposição	1,8	5,1	8,7	11,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: KAMINSKI 2000

O estudo de KAMINSKI, 2000, também aponta que mudança na composição das exportações em direção às manufaturas é acompanhado de notável desenvolvimento, o qual ilustra a profundidade das mudanças e o molde da emergente especialização:

- primeiro, os países do leste europeu tornaram-se o segundo maior importador de produtos da União Européia atrás dos Estados Unidos;
- segundo há uma crescente similaridade entre a composição das exportações e a composição das importações dos países do Leste Europeu, o que demonstra crescente comércio intra-industrial, resultado da reestruturação industrial; e
- terceiro, tem ocorrido uma mudança das exportações de produtos primários e industriais com pouco valor agregado, intensivos em mão-de-obra, para produtos de maior valor agregado intensivos em tecnologia. O percentual, deste último, é particularmente elevado nas exportações da Hungria (67%), na República Checa (62%), na República Eslovaca (62%) e na Eslovênia (57%).

As importações destes países têm seguido a mesma tendência das exportações, importando cada vez mais produtos de alta tecnologia. Quarto, como em países mais desenvolvidos, os países do leste tem apresentado maior crescimento no comércio de componentes e “partes” industrializadas que produtos industrializados já prontos. Entre 1993 e 1998, o total de componentes e partes exportadas cresceu cinco vezes enquanto de produtos já prontos cresceram 3 vezes. (KAMINSKI, 2000)

Apesar da pauta de exportações ter melhorado, incorporando produtos de maior valor agregado, as importações permanecem, conforme a Tabela 5.

TABELA 5 – A BALANÇA COMERCIAL DOS PAÍSES DO LESTE EUROPEU

PAÍSES	PERCENTUAL DO PIB			
	2001	2002	2003	2004
Cypria	-27,9	-27,5	-26,7	-26,8
Eslovênia	-3,3	-1,0	-1,3	-1,2
Estônia	-14,4	-18,3	-17,3	-16,0
Hungria	-4,1	-3,3	-4,7	-4,3
Letônia	-17,6	-16,9	-18,3	-18,3
Lituânia	-9,2	-8,9	-7,6	-7,5
Malta	-13,5	-12,6	-12,8	-12,5
Polônia	-6,6	-5,6	-6,2	-6,4
Rep. Checa	-5,5	-3,5	-4,0	-2,7
Rep. Eslovaca	-10,8	-9,0	-7,9	-7,1
Candidatos	-7,2	-6,0	-6,5	-6,2

Fonte: Comissão Europeia – Enlargement Papers N.15; base Março 2003

Todos os países apresentam uma balança comercial negativa, o que não tem sido uma preocupação muito grande devido aos investimentos estrangeiros externos, que conseguem cobrir estes déficits (visto no próximo capítulo).

4) O INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO NOS PAÍSES DO LESTE EUROPEU

O movimento internacional do capital é uma característica importante do cenário da economia internacional. Esses movimentos de capitais não são nada mais do que transações financeiras que permitem que países que os recebem gastem mais do que ganham, em troca de pagamento futuro.

Por investimento externo direto, segundo a definição de KRUGMAN (2001), entende-se:

Por investimento estrangeiro direto entendemos os fluxos internacionais de capital pelos quais uma empresa em um país cria ou expande uma filial em outro. A característica distintiva do investimento estrangeiro direto é que ele envolve não só uma transferência de recursos, mas também a aquisição do controle. Isto é, a filial não tem apenas a obrigação financeira com a empresa matriz; ela é parte da mesma estrutura organizacional. (KRUGMAN 2001, p. 175)

O investimento externo direto tem sido importante para os países do Leste Europeu na medida que promove um impulso no mercado doméstico. Todos do “bloco dos 10”¹⁵ já liberalizaram o movimento de capitais, cumprindo antecipadamente os Critérios de Adesão.

A perspectiva de integração com a União Européia tem sido um importante fator para atração de investimento direto externo para os países candidatos. Isto se explica além do acesso preferencial ao mercado da União Européia. O Tratado para integração também garantiu o direito de estabelecimento de empresas da União, comprometeu os países a liberalizar acesso aos serviços, sendo responsável pelo alinhamento dos regimes econômicos dos países da futura União Européia. Sendo assim, o Tratado para integração promoveu o acréscimo de fluxos de investimentos diretos, pois reduziu o risco que os investidores externos teriam de enfrentar, promovendo assim um “clima” melhor para os negócios.

¹⁵ Bloco dos 10: Lituânia, Letônia, Estônia, Polônia, República Checa, Eslováquia, Hungria, Eslovênia, Malta e Cypria

A maior parte do movimento de capitais que tinha como destino o Leste Europeu foram investimentos externos diretos. Estes investimentos externos dependem do progresso das reformas no sentido de formar uma economia de mercado em pleno funcionamento. Além disso, estabilidade macroeconômica, tratamento igual para investidores externos e internos, transparência por parte do governo nas regras de repatriamento dos lucros e impostos e o índice de confiança dos investidores nos órgãos regulatórios e na justiça (cumprimento dos contratos) também afetam os investimentos externos. (*Enlargement Paper N.4* – Comissão Européia, 1999)

Devido às privatizações, quase metade de todo o investimento externo direto foi direcionado para setores de *non-tradeable* como, por exemplo, telecomunicações e instituições financeiras. Assim, pelo menos esta parte dos investimentos externos não influenciou negativamente os mercados para mercadorias de países da União Européia. No setor de *tradeable's* a maior parte dos investimentos externos parecem, segundo a Comissão Européia no *Enlargement Paper N.4*, motivados mais pelo objetivo de crescimento de *market share* nos países do Leste Europeu ao invés de substituir os produtos importados. Um quinto do total dos investimentos externos diretos foram destinados a atividades intensivas de mão-de-obra e capital como na indústria têxtil, de vestuário, de máquinas elétricas e automobilística. Esta parte dos investimentos, em busca de salários mais baixos, pode ter tido um impacto negativo para os trabalhadores com baixa qualificação da União Européia, porém, mesmo neste caso, o efeito geral em todos os meios de produção deve ter sido positivo para a União Européia, pois, estes investimentos externos nos países do Leste aumentaram as exportações de produtos intensivos em capital e tecnologia além de serviços para esta região da Europa.

A participação da União Européia nos investimentos externos diretos, nos países do Leste Europeu, representou 2/3 do total nos anos 90 e apesar de terem sido bastante representativos e importantes para a economia dos países do Leste Europeu representaram apenas 0,15% do PIB e menos de 1% dos investimentos fixos da atual União Européia. Conseqüentemente este movimento de capitais para o Leste Europeu tem sido muito pequeno para ter algum efeito negativo no

mercado financeiro, investimento e crescimento da União Européia. Os países que mais se beneficiaram dos investimento externos diretos em termos per capita foram a Hungria, a República Checa e a Estônia, conforme a Tabela 6.

TABELA 6 – INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO, ACUMULADO DE 1991 À 1999

PAÍSES	EM % DE PIB DE 1999	RANK	PER CAPTA	RANK
Hungria	37,5	1	1764	1
Rep. Checa	29,4	4	1508	2
Estônia	33,2	3	1170	3
Letônia	35,2	2	874	4
Eslovênia	6,3	10	623	5
Lituânia	19,6	5	569	6
Polônia	12,8	8	511	7
Rep. Eslovaca	10,2	9	356	8
Bulgária	18,5	6	273	9
Romênia	15,9	7	241	10

Fonte: Banco Mundial

Estes investimentos externos contribuíram significativamente para cobrir o déficit na Balança Comercial que o “bloco dos 10” vem apresentando (Capítulo anterior).

O investimento externo direto tem sido o principal fator responsável pelas tendências do comércio internacional nos países candidatos, tendo, com isso, mudado significativamente o perfil do comércio entre a União Européia e os países do Leste Europeu. Os produtos passaram de apenas intensivos em trabalho com baixa tecnologia para produtos mais intensivos em capital e tecnologia, demandantes de mão-de-obra mais especializada.

O setor automotivo é um exemplo desse fato, tendo apresentado grandes investimentos na Hungria, República Checa, Polônia e na República Eslovaca. Estas fábricas foram instaladas com a finalidade de exportação e redução de custos, aproveitando a mão-de-obra mais barata, abundante e qualificada desta região. Este setor foi responsável por uma significativa participação nas exportações dos países do leste, representando um dos primeiros a se instalar e se beneficiar das vantagens recebidas para exportação de produtos

industrializados. A AUDI, por exemplo, inaugurou, em 1994, uma fábrica na cidade de Győr na Hungria que produz o Audi A3, o Audi TT e motores para toda a Europa. Em 2001 a fábrica empregava 4.900 funcionários, além dos postos indiretos de trabalho criados. (Audi – <http://www.audi.com>)

Este exemplo da AUDI na Hungria é outra tendência que vem ocorrendo com o comércio nesta região. Os países candidatos estão, cada vez mais, tornando-se integrantes da cadeia internacional de suprimentos de diversas multinacionais. Este movimento de globalização e divisão internacional de trabalho intra-indústria já representa, de acordo com KAMINSKI (2000), aproximadamente 1/3 do total das exportações para a União Européia.

Outro benefício direto desses fluxos de investimento externo é a contribuição para o crescimento econômico através de promoção de reestruturação industrial. A reestruturação das empresas, comprada muitas vezes por multinacionais, traz consigo maior produtividade através da introdução de novas e melhores tecnologias, *know-how* e administração mais moderna e eficaz. Além das empresas estatais que foram privatizadas, na grande maioria na mão de grandes grupos internacionais, há também a instalação de novas empresas em setores mais dinâmicos e lucrativos, que contribuem para este aumento da produtividade. De acordo com o estudo do Banco Mundial, na Hungria e na Polônia, por exemplo, a produtividade do trabalho em 1998 é respectivamente 81,3% e 47,7%, superior aos índices de 1989.

O caso da Hungria demonstra claramente como o investimento externo pode promover crescimento econômico. A Hungria, que é um dos mais fortes candidatos à integração, foi o país que mais investimento externo recebeu em termos de PIB per capita. Estima-se que quase 2/3 do total dos investimentos provêm do exterior, o que representa 1/3 do PIB e 40% dos empregos na Hungria. (KAMINSKI, 2000)

Entretanto, apenas a perspectiva de participação do bloco não é suficiente para atrair investimentos externos como mostra o influxo nos diversos países do leste. O caso da Hungria ilustra alguns dos fatores essenciais para o sucesso deste processo. A princípio, a Hungria adotou uma política de privatização de suas principais empresas estatais, incluindo as de caráter estratégico, para investidores

externos. Depois ela fez significativo progresso na estabilização macroeconômica bem como nas reformas estruturais e desenvolvimento institucional o que junto contribuiu para um ambiente mais amigável para os investidores. Por último o país já havia tido experiências com investimento externo antes da transição. Isto demonstra que apenas o processo de integração não é suficiente para gerar os benefícios que o investimento direto externo, maior comércio internacional e conseqüentemente o crescimento econômico podem trazer. Estes benefícios podem apenas ser alcançados se o processo de integração for acompanhado por reformas domésticas apropriadas.

Segundo TANG (2000), as reformas domésticas que deveriam acompanhar o processo de integração são: estabilidade macroeconômica e reformas estruturais. As reformas estruturais que deveriam acompanhar o processo de integração são: liberalismo (economia de mercado), privatizações, maior concorrência, reforma do setor financeiro e reformas institucionais.

5) A SITUAÇÃO ATUAL E AS PERSPECTIVAS PARA OS PAÍSES CANDIDATOS

A expansão da União Européia para o Leste Europeu está sendo um fato muito importante para os dois blocos de países. Esta expansão trará muitas mudanças e benefícios tanto na parte política, institucional, econômica, orçamentária e social para estas economias (já vistos nos capítulos anteriores). Muitas dessas mudanças já podem ser vistas hoje pelo avanço das negociações e integração econômica. Integração econômica que ocorreu rapidamente, tendo o comércio internacional bilateral e os investimentos externos diretos como seu principal canal de integração. O processo de integração, iniciado pelos acordos de Copenhague, foi fundamental para este nível de integração econômica e foi responsável por um crescimento e desenvolvimento econômico bastante acentuado, principalmente nos países do Leste Europeu (conforme visto no Capítulo 2 e 3).

TABELA 7 – CRESCIMENTO REAL DO PIB NOS PAÍSES DO LESTE EUROPEU

PAÍSES	PESO RELATIVO	2001	2002	2003	2004
Cypria	1,5	4,1	2,0	2,0	3,8
Eslovênia	4,1	3,0	3,0	3,4	3,7
Estônia	1,7	5,0	5,6	4,9	5,1
Hungria	15,6	3,7	3,3	3,7	4,1
Letônia	2,4	7,9	6,1	5,5	6,0
Lituânia	4,0	5,9	5,9	4,5	5,0
Malta	0,7	-0,8	3,0	3,1	3,7
Polônia	44,8	1,0	1,3	2,5	3,7
Rep. Checa	17,4	3,2	2,0	2,8	3,9
Rep. Eslovaca	7,7	3,3	4,4	3,7	4,5
Candidatos	100,0	2,5	2,4	3,1	4,0

FONTE: EUROSTAT

NOTA: Este quadro foi extraído do estudo "Economic Forcast for the Candidate Coutries"

Este desenvolvimento percebido nos anos 90 nas economias do Leste Europeu segue com boas perspectivas para os próximos anos, mesmo com a situação preocupante que a economia internacional apresentou desde 2001. De acordo com o estudo da Comissão Européia "Economic Forcasts for the Candidate

Countries” (Abril 2003) estes países cresceram 3,1% em 2003 e, apesar de incertezas políticas e econômica internas, deverão crescer 4% em 2004.

De acordo com este mesmo estudo, os países Bálticos continuarão a apresentar os maiores índices de crescimento entre os países candidatos, estando a Lituânia, Letônia e Estônia com a expectativa de um crescimento, em 2004, na ordem de 5%, 6% e 5,1% respectivamente. Este ainda é reflexo da queda na produção que se apresentou após 1989 sendo o setor de serviços o principal responsável por este desempenho de recuperação. A Polônia, que é a maior economia entre o grupo de pretendentes, está lentamente deixando o período de menor crescimento para trás para crescer 3,7% em 2004.

Segundo a Comissão Européia, este desempenho em 2003 é, principalmente, devido à forte demanda interna que está seguindo um caminho oposto da recessão internacional, conseguindo resistir à queda que as exportações tiveram que enfrentar. O incremento na demanda interna, que cresceu 3,2% em 2003 e que deverá crescer 4,3% em 2004, é devido a investimentos produtivos na maioria dos países da Europa do Leste e Oriente. A formação bruta de capital deve passar de 3,5% para 6,5% em 2004. Sinal que os investimentos externos diretos deverão continuar fluindo para estas economias.

Além do crescimento da demanda interna, existem boas condições de financiamento para as empresas e é esperado que em 2004 as perspectivas e efeitos da integração continuem a impulsionar a performance econômica dos 10 países candidatos. As reformas estruturais, atualização tecnológica, modernização das plantas e a elevação da capacidade gerencial, promovida principalmente pelas empresas de capital externo, elevaram a capacidade potencial de crescimento dessas economias. Além disso, a estabilização política e econômica elevou a confiança dos investidores tanto domésticos como externos incentivando novos investimentos produtivos. Estas vitórias, alcançadas principalmente devido às exigências impostas pelos Critérios de Copenhagen, foram fundamentais para esta perspectiva de crescimento favorável destas economias.

Apesar do expressivo desenvolvimento já demonstrado e que ainda é esperado no Leste Europeu, não se pode falar do mesmo desempenho para os antigos membros da União Européia. De acordo com o estudo “The Costs and

Benefits of Eastern Enlargement: The Impact on the EU and Central Europe” de BALDWIN, Richard E., FRANCOIS, Joseph, PORTES, Richard feito em 1997, estima-se que o alargamento trará um benefício macroeconômico em torno de 0,19% ao ano no PIB da atual União Européia.

De acordo com este estudo, os principais beneficiários da atual União Européia são, provavelmente, a Alemanha, a França e o Reino Unido.

TABELA 8 – BENEFÍCIO DO ALARGAMENTO

PAÍSES	BENEFÍCIO EM % DO PIB	% DO BENEFÍCIO TOTAL
Alemanha	0,25	33,8
França	0,22	19,3
Reino Unido	0,20	14,1
Itália	0,11	8,5
Espanha	0,18	7,0
Países Baixos	0,20	4,6
Suécia	0,22	3,9
Bélgica + Luxemburgo	0,16	2,6
Áustria	0,21	2,6
Dinamarca	0,19	1,9
Finlândia	0,25	1,4
Irlanda	0,00	0,3
Grécia	0,00	0,3
Portugal	(0,00)	-0,4
EU15	0,19	100

FONTE: BALDWIN, R. E., FRANCOIS, J., PORTES, R.. The Costs and Benefits of Eastern Enlargement: The Impact on the EU and Central Europe. GB: Economic Policy, 1997

NOTA: Para a metodologia ver nota de rodapé¹⁶

No entanto, segundo o estudo de BALDWIN (1997), é importante enfatizar que 0,19% do PIB não justificam, por si, uma posição favorável ou desfavorável em relação ao alargamento planejado para 2004. Este tem outras vantagens, como:

- o impacto mundial de um mercado comum alargado, com quase 500 milhões de pessoas e 25% do comércio mundial;

¹⁶ Todos os setores apresentam mudanças relacionadas à integração dos países do Leste Europeu. Estas mudanças foram, então, distribuídas por país, pela importância que cada setor detinha (pelo valor agregado). Estas mudanças não representam incremento real do poder de compra devido aos ganhos que os consumidores tem devido à redução dos preços.

- o reforço da concorrência e a aceleração do processo de reforma da Europa Ocidental;
- a perspectiva de maior crescimento econômico em toda a Europa;
- a mais longo prazo, a perspectiva de uma moeda única também para os novos membros;
- melhoramento do ambiente para negócios; e
- uma democracia alargada e estável e perspectiva de uma paz sustentável na Europa.

Este efeito reduzido nos antigos membros se deve ao fato das economias do Leste Europeu serem muito pequenas comparadas com a atual União Européia. Apenas para se ter uma idéia de comparação, tomando por base dados da EUROSTAT da Comissão Européia, em 2001 a população dos 10 candidatos à integração representava 20% do total da atual União Européia. O que nos relembra da integração com a Espanha, Portugal e Grécia que na época de sua integração, em meados dos anos 80, detinha 22% da população da União Européia daquela época. Isto apenas demonstra que apesar das grandes disparidades entre os dois blocos de países, a expansão não é nada de novo para a União Européia e que não deverá representar muito mais o que foi a expansão para o Sul (Portugal, Espanha e Grécia) na atual União Européia.

Há, porém, segundo o Enlargement Paper n.4 da Comissão Européia, quatro aspectos que diferenciam a expansão para o Leste da expansão para o Sul. São elas:

- diferente das economias do Leste Europeu as Economias do Sul têm economias de mercado faz muito mais tempo (nunca deixaram de ter) enquanto os novos membros ainda estão num processo de aprendizagem desde 1989;
- há uma grande diferença no nível de renda entre os blocos. Na expansão para o Sul, aquele novo bloco de países detinha um PPC de 66% da União Européia da época enquanto o bloco de países do Leste Europeu apenas apresenta um PPC 44% em 2001 (Comissão Européia – <http://www.europa.eu.int>). Esta situação irá aumentar as disparidades

entre os países de uma futura União Européia sendo necessário redirecionar fundos para estes novos membros;

- forte tendência de migração da população do Leste Europeu. Este receio está baseado primeiramente na diferença de renda entre os países e depois há uma proximidade maior entre os países mais ricos com os mais pobres. No caso da expansão para o Sul não houve significativa migração devido a distância e mudanças trabalhistas (como redução da jornada de trabalho) que ocorreram na época nos países do bloco do Sul. Além disso, a migração não era completamente liberada entre os países da união; e
- finalmente, a baixa produtividade na agricultura dos países do Leste Europeu que poderia inundar o mercado europeu com produtos agrícolas muito baratos quebrando muitos fazendeiros.

5.1) Projeção de Cenários

Esta sessão se propõe a demonstrar dois cenários de desenvolvimento para os países do Leste Europeu. Estes cenários foram traçados pela Comissão Européia no relatório “Enlargement Paper N.4”.

Um primeiro cenário, conservador, pressupõe que não haverá nenhuma mudança nas políticas no período pressuposto e que todos os 10 países do bloco do Leste se integrem a União Européia em 2005. De acordo com as previsões da Comissão Européia, apenas este indicativo já seria suficiente para gerar euforia nas perspectivas dos agentes e, conseqüentemente, maior crescimento nos anos anteriores a 2005.

Para estes países a expectativa de crescimento deve ficar em 4% ao ano durante o período de 2000-09 sendo que após a integração em 2005 o crescimento teria um impulso refletindo um incremento nos fluxos financeiros assim como ganhos de tecnologia e a integração do mercado comum.

Este crescimento de 4% ao ano se justificaria dado o crescimento potencial em muitas dessas economias representado pela alta proporção de

empregos em atividades de baixa produtividade. Este potencial de crescimento, porém, varia muito entre os países do Leste Europeu.

Em termos dos determinantes deste crescimento neste período de 1999 a 2009, o investimento como proporção do PIB é esperado ser de 26% nos primeiros 5 anos e deverá crescer um ponto percentual nos anos subsequentes. Com isso mais empregos devem ser transferidos do campo para a indústria e serviços.

Pressupõe-se que as transferências externas, como percentual do PIB, devem permanecer constantes nos primeiros 5 anos (um pouco acima de 1% do PIB). No entanto, após a integração em 2005 este percentual deve crescer para algo em torno de 3% ao ano até 2009.

Num cenário otimista, os efeitos que a integração poderia ter sobre os países do Leste Europeu proporcionaria ganhos potenciais totais significativos. No momento que os países integrarem com a União Européia, o processo que foi iniciado desde a transição será intensificado, com o comércio internacional e movimentos de capital aprofundando o processo de integração. As transferências dos fundos Europeus de desenvolvimento, tanto estruturais como sociais, vão contribuir para o desenvolvimento da infra-estrutura e melhorias nas condições de vida.

Para tanto seria necessário que o ambiente em torno da integração fosse o mais favorável possível, do ponto de vista do mercado, e que os governos dos países tomassem todas as medidas necessárias para isto. Se este círculo virtuoso se materializar, poderá empurrar para cima a taxa de crescimento do bloco dos 10 em até 2%. No caso particular dos países do Leste Europeu, para que este crescimento se realize, assume-se que além dos ganhos de produtividade devido à integração, estes países teriam que intensificar o seu programa de reformas, em particular trazendo o emprego no setor público e na agricultura para níveis da União Européia.

De acordo com a Comissão Européia, em termos agregados, este cenário prevê um crescimento de 4,8% ao ano em comparação com os 4% do cenário conservador .

6) CONCLUSÃO

A expansão da União Européia, que está planejada para acontecer em 2004, quando dez dos treze países candidatos devem juntar-se ao bloco, constitui um grande desafio para os atuais membros, bem como para os países candidatos. Este processo abre muitas novas oportunidades de negócios pela Europa e, mais que isso, uma oportunidade de redistribuir melhor entre os países a riqueza da região. É uma maneira de estender os benefícios do desenvolvimento econômico, contribuindo para o melhoramento do bem-estar da Europa.

O alargamento vai trazer, como já vinha ocorrendo, benefícios tanto para os atuais membros como para os novos, como a intensificação do comércio internacional entre os países. O maior fluxo de investimentos para o bloco do Leste está usando os menores salários daqueles países aproveitando para desenvolver uma plataforma de exportação de componentes para as diversas fábricas espalhadas pela União Européia. Este movimento, com componentes mais baratos vindos do Leste Europeu, estará melhorando a competitividade dos produtos europeus para brigar num mundo cada vez mais globalizado.

O aumento na divisão internacional do trabalho na região, pode resultar num processo de reestruturação industrial a partir do qual a indústria mais intensiva em mão-de-obra deverá migrar para o bloco do Leste.

Outro ponto importante é a ampliação do mercado consumidor dentro da União Européia, o que levará a uma redução nos custos de produção, gerada pelas economias de escala. A expansão para o leste, como foi demonstrado nos capítulos 3 e 4, já trouxe um desenvolvimento considerável para os países candidatos. Este desenvolvimento deverá continuar e aprofundar-se ainda mais.

Porém, a expansão da União Européia para o leste vai muito além dos benefícios tangíveis com crescimento do PIB ou intensificação do comércio internacional, uma vez que contribui para a estabilização da região, trazendo maior divisão das riquezas, bem-estar e prosperidade para os povos europeus.

Uma questão importante da integração para o leste é que os países são mais complementares do que concorrentes o que facilita a integração no meio

político e no meio econômico, pois, apesar de não gerar mais bem-estar, de acordo com as vantagens comparativas, não gera o trauma inicial de falências nas economias.

7) BIBLIOGRAFIA

ASSIS GRIECO, F. de. *União Européia – Uma Perspectiva Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

BALASSA, B. *Teoria da Integração Econômica*. Lisboa: LCE, 1961

BALDWIN, R. E.; RICHARDSON, J. D. *International Trade and Finance*. 3ª Ed., Little Brown, 1997

CHACON, V. *A Unificação da Europa*. São Paulo: Scipione, 1992

D'ARCY, F. *União Européia – Instituições, Políticas e Desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002

DORNBUSCH, R., FISCHER, S. *Macroeconomia*. 5ª Ed., São Paulo: Makron Books, 2002

GALBRAITH, J. K. *Uma Viagem pelo Tempo Econômico – Um relato em primeira mão*. São Paulo: Pioneira, 1994

HARROP, J. *The Political Economy of Integration in the European Union*. 3rd Ed., Cheltenham UK: Edward Elgar, 2000

KRUGMAN, P. R., OBSTFELD, M. *Economia Internacional – Teoria e Política*. 5ª Ed., São Paulo: Makron Books, 2001

LOPES PORTO, M. C. *Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*. 2ª Ed., Coimbra: Livraria Almedina, 1997

OBERREUTER, H., PIAZOLO, M. *Global denken – Die Rolle des Staates in der internationalen Politik zwischen Kontinuität und Wandel*. München: Olzog Verlag, 2001

RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982

RUEBEL, G. *Grundlagen der Monetären Aussenwirtschaft*. München: Oldenbourg Verlag, 2002

SALVATORE, D. *Economia Internacional*. Rio de Janeiro: LTC, 2000

SANDRONI, P. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 10ª Ed., São Paulo: Best Seller, 2002

THIEL, E. *Die Europäische Union*. München: Bayrische Landeszentrale für Politische Bildungsarbeit, 1997

THORSTENSEN, V., NAKANO, Y., FARIA LIMA, C., SEIJI SATO, C. *O Brasil Frente a um Mundo Dividido em Blocos*. São Paulo: Nobel: Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais, 1994

THORSTENSEN, V. *Comunidade Européia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992

THORSTENSEN, V. *Comunidade Européia: Líder do Comércio Internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 1993

TEXTOS E ARTIGOS:

BALDVINSSON, B. *Der Europäische Wirtschaftsraum*. EFTA, 2002

BALDWIN, R. E., FRANCOIS, J., PORTES, R. *The Costs and Benefits of Eastern Enlargement: The Impact on the EU and Central Europe*. GB: Economic Policy, 1997

COMISSÃO EUROPÉIA. *Alargamento da União Européia – Dos seis aos quinze e mais além*. Dg Alargamento – Unidade de Informação, 2002

DALSGAARD, J. *Task Force Enlargement – Statistical Annex*. European Parliament, 2002

EUROPEAN COMISSIO. *Support for Roma Communities in Central and Eastern Europe*. Dg Enlargement Information Unit, 2002

EUROPEAN COMISSION. *A Community of Fifteen: key figures*. Europe on the move, 2000

EUROPEAN COMISSION. *Enlargment: What can enterphses in the new Member States expect?*

EUROPEAN COMISSION. *Towards na Enlarged European Union - Key indicators on member states and candidate states*. 2003

EUROPEAN COMMUNITIES. *Enlargement Papers n.15 – Economic Forcast for the Candidate Countries*. Directorate General for Economic and Financial Affairs, 2003

EUROPEAN COMMUNITIES. *Enlargement Papers n.4 - The Economic Impact of Enlargement*. Directorate General for Economic and Financial Affairs, 2001

EUROPEAN COMMUNITIES. *Enlargement Papers n.5 – Enlargement Argumentaire*. Directorate General for Economic and Financial Affairs, 2001

FRESHFIELDS BRUCKHAUS DERINGER FORCAST – *Business law developments in the EU*, 2003

INOTAI, A. *Benefits and Costs of EU Enlargement for present members, first-round candidates and other associates*. Budapest, 1999

KAMINSKI, B. *Die Erweiterung der Europäischen Union*. Europäische Commission, 2000

KOK, W. *Die Erweiterung der Europäischen Union – Errungenschaften und Herausforderungen*. Europäische Kommission, 2003

KOUKHARTCHOUK, O., MAUREL, M. *Accession to the WTO and EU Enlargement: What Potential for Trade Increase?* London: Centre for Economic Policy Research, 2003

MONFORT, P., VAN YPERSELE, T. *Integration, Regional Agglomeration and international Trade*. London: Centre for Economic Policy Research, 2003

STENMARCK, P. *Projecto de Parecer*. Parlamento Europeu, 2000

STUDY GROUP OF EUROPEAN INTEGRATION. *The Costs of Eastern enlargement of the EU are exaggerated*. Bonn: Friedrich Ebert Foundation, 1996

TANG, H. *Eastern Enlargement*. European Commission, 2000

The economic and business benefits of enlargement. Extract from position paper and analysis of the European Round Table, 2001

UNIÃO EUROPÉIA. *O Alargamento da União Europeia e suas Implicações para a nossa Economia*. A Europa de Amanhã, 2003

SITES NA INTERNET:

Europa Server: <http://europa.eu.int>

FMI: <http://www.imf.org>

Banco Mundial: <http://www.worldbank.org>

AUDI: <http://www.audi.com>

UOL: <http://www.uol.com.br>

Organização Mundial do Comércio: <http://www.wto.org>